



Termo de Referência 003-SAAC-2025

Contratação de empresa especializada para prestação de serviços contínuos de Secretariado Executivo com mão de obra exclusiva, a serem prestados nas instalações da Administração Central da NAV Brasil no Rio de Janeiro/RJ

Versão E



Assinado com senha por JAQUELINE PAULI LYRA COELHO e JEFFERSON LUIS FERREIRA MARTINS.
Documento Nº: 573077.3428439-1228 - consulta à autenticidade em
<https://siga.navbrasil.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=573077.3428439-1228>



CONTROLE DE REVISÕES

DOCUMENTO: Termo de Referência 003-SAAC-2025					
OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços contínuos de Secretariado Executivo com mão de obra exclusiva, a serem prestados nas instalações da Administração Central da NAV Brasil em Rio de Janeiro/RJ.					
ELABORADOR: ISABELA MATIAS DA SILVA			MATRÍCULA: 19.178-07	RUBRICA:	
VALIDADOR: JAQUELINE PAULI LYRA COELHO			MATRÍCULA: 19.090-21	RUBRICA:	
APROVADOR: JEFFERSON LUIS FERREIRA MARTINS			MATRÍCULA: 98.408-72	RUBRICA:	
REV.	DESCRIÇÃO	DATA	RESP.	MATRÍCULA	RUBRICA
B	Alteração dos itens: 2.1, 2.2, 13, 15.2, 34.4 letra b) e 35.2.	11/03/2026	Jaqueline Pauli		
B	Inclusão dos itens: 5.2, 5.3, 11.2 letra c), d), e) e f), 13.5, 13.6, 14.15, 29.1 letra b) e 35.2.1.	11/03/2026	Jaqueline Pauli		
C	Alteração dos itens: 7.3, 15.60, 15.61, 15.62, 27.1, 34.9	20/03/2026	Isabela Matias		
C	Alteração dos itens: 2.4.1, 5.2, 7.14, 7.15, 11.2, 12.1, 13.6, 13.10, 16.2 e 30. Exclusão do item 6.2	20/03/2026	Jaqueline Pauli		
D	Alteração dos itens: 3.4, 7.2, 12.3.1, 12.7, 12.8, 14.8, 15.22, 15.23, 15.37, 15.54, 15.56, 15.57, 15.58, 34.4 e 41. Inclusão: 30.1, 30.2 e 30.3 Exclusão 7.10 e 12.8	02/04/2026	Jaqueline Pauli		



	Alterados os Anexos I Matriz de Risco e Anexo III Instrumento de Medição de Resultados IMR				
E	Alteração dos itens 7.15, 17.3, 15.54 e 15.55	22/04/2026	Jaqueline Pauli		
E	Alteração do Anexo I - Mapa de Risco (R11)	22/04/2026	Jaqueline Pauli		



Sumário

Controle de Revisões.....	iii
1 Introdução.....	6
2 Objeto.....	6
3 Justificativa e Objetivo da Contratação.....	7
4 Fundamento Legal.....	8
5 Descrição da Solução.....	9
6 Da Classificação dos Serviços e Forma de Seleção do Fornecedor.....	9
7 Requisitos e Especificações da Contratação.....	10
8 Critérios de Sustentabilidade Ambiental.....	12
9 Da Vigência Contratual.....	13
10 Do Local da Execução dos Serviços.....	13
11 Modelo e Regime de Execução do Objeto.....	13
12 Das Categorias Funcionais, Qualificações e Atribuições dos Empregados.....	15
13 Informações Relevantes para o Dimensionamento da Proposta.....	17
14 Obrigações da Contratante.....	19
15 Obrigações da Contratada.....	21
16 Da Relação Jurídica entre a Contratada e os Empregados Alocados.....	32
17 Das Obrigações Aplicáveis aos Profissionais.....	32
18 Interação com a Contratada.....	35
19 Da Subcontratação.....	36
20 Contratada da Participação de ME e EPP.....	36
21 Da Participação de Cooperativas.....	36
22 Da Participação de Consórcios.....	36
23 Da Alteração Subjetiva.....	37
24 Da Alteração Contratual.....	37
25 Da Rescisão Contratual.....	37
26 Do Controle e Fiscalização da Execução.....	37
27 Dos Critérios de Aferição e Medição para Faturamento.....	43
28 Do Recebimento e Aceitação do Objeto.....	44



29	Do Pagamento.....	45
30	Do Reajuste de Preços em Sentido Amplo (Repactuação).....	49
31	Da Garantia de Execução.....	54
32	Matriz de Riscos.....	56
33	Das Sanções Administrativas.....	56
34	Dos Critérios de Seleção do Fornecedor.....	59
35	Do Critério de Aceitação e Julgamento.....	63
36	Da Estimativa de Preços e Preços Referenciais.....	63
37	Dos Recursos Orçamentários.....	64
38	Declaração de Completude.....	64
39	Disposições Finais.....	64
40	Lista de Anexos ao Termo de Referência.....	64



1 INTRODUÇÃO

1.1 Este Termo de Referência é anexo e parte inseparável do respectivo Edital, devendo suas disposições serem observadas e cumpridas pela empresa CONTRATADA, durante toda a vigência contratual, não cabendo alegar desconhecimento sobre este documento e a legislação.

2 OBJETO

2.1 Contratação de empresa especializada na prestação de serviços contínuos de secretariado executivo e apoio administrativo correlato, em regime de dedicação exclusiva de mão de obra, para atendimento à Diretoria da NAV Brasil na Administração Central, incluindo a possibilidade de realização de horas extraordinárias previamente autorizadas, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos.

2.2 Estimativa das quantidades a serem contratadas:

GRUPO ÚNICO			
Item	Descrição	Unidade	Quantidade para 30 meses
1	Prestação de serviço de secretariado executivo, com jornada diária de 8 horas, 40 horas semanais, de segunda a sexta feira.	Posto	02
2	Horas extras de Secretariado Executivo	Hora	240

2.3 A unidade de medida como posto corresponderá a 1 (uma) pessoa.

2.4 O objeto da licitação tem a natureza de serviço comum, com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva.



2.4.1A jornada de trabalho dos profissionais alocados será de 40 (quarenta) horas semanais, distribuídas em 8 (oito) horas diárias, de segunda a sexta-feira, em horário a ser definido pela CONTRATANTE, observado o disposto na legislação trabalhista da categoria profissional.

2.5 A presente contratação adotará como regime de execução a empreitada por preço unitário.

2.6 Havendo divergências entre o exposto na tabela acima disposta e as descrições dos serviços no CATSER, prevalecerão as informações constantes no presente neste Termo de Referência.

3 JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

3.1 A presente contratação visa à prestação de serviços contínuos de secretariado executivo, com dedicação exclusiva de mão de obra, para atender à Administração Central da NAV Brasil – Navegação Aérea Brasileira S.A., empresa pública federal integrante da administração pública indireta da União.

3.2 A motivação para esta contratação decorre da Nota Técnica SEI nº 10643/2024/MGI, emitida pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST), que estabelece diretrizes sobre a gestão de cargos em empresas estatais, como é o caso da NAV Brasil. De acordo com a referida nota, a função de secretário/secretária, por se tratar de cargo eminentemente administrativo, não se enquadra entre os cargos estratégicos ou de assessoramento direto permitidos no âmbito dessas entidades, sendo, portanto, vedada a sua manutenção no Plano de Funções – PF da Estatal.

3.3 Diante da impossibilidade de provimento ou manutenção de cargos de secretariado no Plano de Funções – PF da empresa e considerando a natureza contínua e essencial das atividades de apoio administrativo à alta gestão, justifica-se a contratação de empresa especializada para a execução desses serviços, com alocação de profissionais qualificados



em secretariado executivo, a fim de assegurar a continuidade e a eficiência dos trabalhos administrativos e institucionais da Administração Central.

3.4 Registra-se que o serviço de secretariado executivo não se relaciona à atividade-fim da NAV Brasil, caracterizando-se como atividade meio de natureza administrativa, essencial ao suporte da alta gestão e ao funcionamento organizacional da empresa.

3.5 A contratação está amparada no art. 28, §3º, inciso I, da Lei nº 13.303/2016, que autoriza a contratação de serviços contínuos, com dedicação exclusiva de mão de obra, quando houver necessidade de alocação de profissionais que atuem de forma permanente nas dependências da contratante, com subordinação técnica e integração às rotinas administrativas do órgão contratante.

3.6 A medida também observa os princípios da economicidade, eficiência e continuidade do serviço público, preservando a qualidade do suporte administrativo necessário ao funcionamento da estrutura organizacional da empresa, com observância às diretrizes de governança e legalidade impostas à atuação das estatais.

3.7 Dessa forma, a contratação proposta mostra-se necessária e adequada ao interesse público, contribuindo para a eficiência administrativa e para o cumprimento das atribuições institucionais da NAV Brasil.

4 FUNDAMENTO LEGAL

4.1 A presente contratação está fundamentada na Lei nº 13.303/2016, que rege as licitações e contratações das empresas estatais, bem como no Regulamento Interno de Licitações e Contratos da NAV Brasil, aplicável aos procedimentos licitatórios da empresa.

4.2 Adicionalmente, a contratação observa os limites e diretrizes fixados pela Nota Técnica SEI nº 10643/2024/MGI, emitida pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST), que veda a inclusão de cargos de secretariado nos planos de funções – PF das empresas estatais, como é o caso da NAV Brasil. Diante dessa vedação,



justifica-se a terceirização dos serviços de apoio técnico-administrativo que anteriormente eram atribuídos a tais cargos, como forma de assegurar a continuidade dos serviços essenciais à alta administração da empresa, em estrita observância à legislação vigente e às boas práticas de governança pública.

5 DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

5.1 A descrição da solução como um todo consiste na contratação de empresa terceirizada para prestação de serviços contínuos de secretariado executivo com dedicação exclusiva de mão de obra, visando suprir as necessidades da Administração Central da NAV Brasil, no Rio de Janeiro/RJ. Tais serviços são considerados funções técnicas, regulamentadas pela legislação brasileira (Lei nº 7.377/1985 e Lei nº 9.261/1996), e caracterizam-se pela função de secretariado direto à alta administração, suporte estratégico e administrativo, e gestão das informações para a NAV Brasil.

5.2 A execução dos serviços ocorrerá em regime de dedicação exclusiva de mão de obra, com jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, distribuídas em 8 (oito) horas diárias, de segunda a sexta-feira.

5.3 A solução contempla a disponibilização de 02 (dois) postos de secretariado executivo com dedicação exclusiva de mão de obra, podendo haver, de forma excepcional, a realização de horas extraordinárias pelos profissionais alocados, desde que previamente autorizadas pela fiscalização do contrato e respeitados os limites estimados neste Termo de Referência.



6 DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

6.1 Trata-se de serviço comum, de caráter continuado, com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva e com fornecimento de material, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

6.2 A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da CONTRATADA e a CONTRATANTE, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize personalidade e subordinação direta.

7 REQUISITOS E ESPECIFICAÇÕES DA CONTRATAÇÃO

7.1 A licitante deverá atender às exigências estabelecidas na legislação vigente, no edital da licitação e em seus anexos e cumprir todos os requisitos para participar do certame, desde o credenciamento no Portal Compras Governamentais, até a participação da sessão pública no dia e horário agendado para o envio das propostas de preços e dos documentos de habilitação pertinentes.

7.2 A licitante deverá possuir em seu Cadastro Nacional de Atividades Econômicas (CNAE), atividade compatível com o objeto contratado.

7.3 Será de responsabilidade da CONTRATADA o recolhimento de todos os encargos e impostos decorrentes da realização dos serviços.

7.4 Os serviços se enquadram na classificação de serviços comuns, tendo em vista que podem ser especificados e têm as suas características de desempenho estabelecidas de forma objetiva.

7.5 O serviço comum será prestado de forma continuada, com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva.

7.6 A contratação compreenderá, a mão-de-obra devidamente qualificada, necessária à execução da prestação do serviço de secretariado executivo.



7.7 O contrato terá vigência pelo período de 30 (trinta) meses, contados a partir da assinatura do Termo de Contrato, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, mediante condições previstas no Termo de Contrato.

7.8 A forma de execução do objeto da contratação será indireta.

7.9 A presente contratação deverá ocorrer mediante ampla concorrência, não sendo, desta feita, para participação exclusiva de microempresas - ME e empresas de pequeno porte – EPP, uma vez que o valor da mesma ultrapassa o valor de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), valor máximo previsto pela Lei Complementar nº 123/2006, em seu art.º. 48, inciso I, como parâmetro para a adoção obrigatória para licitações com participação exclusiva para ME ou EPP.

7.10 Para o desenvolvimento da prestação dos serviços, a empresa CONTRATADA deverá disponibilizar profissionais enquadrados nas categorias da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO): 2523-05 – Secretário(a) Executivo(a).

7.11 Os profissionais alocados na execução dos serviços deverão atender as exigências mínimas de escolaridade e experiência profissional, previstas na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO).

7.12 A prestação dos serviços deverá ocorrer mediante pagamento para os serviços de secretariado executivo, observada as peculiaridades do serviço e das condições do local objeto da contratação e da jornada de trabalho definida neste Termo de Referência.

7.13 O critério de julgamento das propostas será o de **MENOR PREÇO GLOBAL** pelo período de 30 (trinta) meses, com inclusão de todas as despesas diretas e indiretas, tais como: mão de obra, transporte, alimentação, impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, e taxas, que se façam indispensáveis à perfeita execução dos serviços.

7.14 Apresentar planilha de custos e formação de preços detalhada, conforme modelo descrito no Edital, devendo este ser preenchido totalmente em todos os seus campos, com



preço global mensal e anual, incluindo todas as despesas de salários, adicionais, encargos sociais e trabalhistas, seguros, impostos, taxas e, ainda, quaisquer outros custos diretos e indiretos inerentes aos serviços prestados.

7.15 O salário a ser pago pela CONTRATADA aos profissionais alocados à prestação dos serviços deverá observar o piso salarial ou salário normativo estabelecido na Convenção Coletiva de Trabalho aplicável ao seu enquadramento sindical, se for o caso.

7.16 Declaração de que o licitante possui, instalará escritório ou designará representante legal no Rio de Janeiro/RJ, ou em raio máximo de até 50 km da cidade, a ser comprovado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contado a partir da vigência do contrato.

7.17 Comprovar aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto e de acordo com as disposições previstas neste Termo de Referência.

7.18 O licitante deverá apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço como requisito para celebração do contrato.

7.19 Além dos pontos acima, a título de demonstração de boa situação e capacidade econômico-financeira para comprovação que terá condições de honrar toda a execução do encargo licitado, o adjudicatário deverá apresentar:

7.20 Certidão negativa de falência expedida pelo Distribuidor da sede do licitante.

7.21 Balanço patrimonial e demonstrações contábeis através de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC) do último exercício social.

8 CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

8.1 Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na administração dos recursos materiais e humanos relacionados ao objeto do presente Termo de Referência e observará as orientações do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Controladoria Geral da União (CGU).



8.2 Aplicam-se a essa contratação, no que for aplicável, as disposições estabelecidas na Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da SLTI (Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão) e no Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012, que tratam dos critérios de sustentabilidade e proteção ambientais.

9 DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

9.1 O contrato terá vigência pelo período de 30 (trinta) meses, contados a partir da assinatura do Termo de Contrato, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, mediante condições previstas no Termo de Contrato.

10 DO LOCAL DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

10.1 Os serviços descritos serão realizados na Administração Central da NAV Brasil, situada na Avenida General Justo, n.º 160, Centro – Rio de Janeiro/RJ – CEP 20021-130.

11 MODELO E REGIME DE EXECUÇÃO DO OBJETO

11.1 A execução dos serviços observará, minimamente, as seguintes disposições, podendo sofrer alterações no transcorrer do CONTRATO, de acordo com as necessidades e avaliação da CONTRATANTE.

11.2 Dos empregados a serem alocados:

- a) Os empregados a serem alocados pela empresa CONTRATADA deverão se enquadrar e possuir as devidas habilitações na categoria da Classificação Brasileira de Ocupações CBO 2523-05 – Secretário(a) Executivo(a).
- b) Não haverá o ressarcimento, por parte da CONTRATANTE, quanto aos custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços decorrentes das obrigações descritas neste item, que, por sua vez, deverão estar inclusos nos valores propostos pela CONTRATADA.



- c) A jornada de trabalho dos profissionais alocados será de 40 (quarenta) horas semanais, distribuídas em 8 (oito) horas diárias, de segunda a sexta-feira, em horário a ser definido pela CONTRATANTE, observado o disposto na legislação trabalhista vigente e na norma coletiva aplicável ao enquadramento sindical da CONTRATADA.
- d) Durante a execução contratual poderá haver compensação de jornada de trabalho decorrente de pontos facultativos ou outras situações excepcionais, mediante utilização de banco de horas administrado pela CONTRATADA, nos termos da legislação trabalhista e da norma coletiva aplicável.
- e) O banco de horas refere-se exclusivamente à relação trabalhista entre a CONTRATADA e seus empregados.
- f) Fica instituído o sistema de banco de horas, nos termos do art. 59 da Consolidação das Leis do Trabalho, limitado à compensação de até 2 (duas) horas excedentes à jornada diária. As horas que ultrapassarem esse limite poderão ser consideradas horas extraordinárias, desde que previamente autorizadas pela fiscalização do contrato. Não serão consideradas como horas extraordinárias as variações de até 5 (cinco) minutos no registro de ponto, observado o limite máximo de 10 (dez) minutos diários.

11.3 Descrição do serviço de Secretariado Executivo:

Acessar, incluir, consultar, alterar e excluir dados e informações em sistemas informatizados corporativos;

- a) Administrar correios eletrônicos das unidades;
- b) Atender e selecionar chamadas telefônicas, fazendo o direcionamento quando apropriado;
- c) Arquivar, classificar, conferir, copiar, digitalizar, distribuir, identificar, localizar, preencher, protocolar, receber, registrar, solicitar e triar documentos, tais como cadastros, e-mails, fichas, formulários, ofícios, quadros, planilhas, relatórios e tabelas;
- d) Controlar agendas de compromissos;
- e) Elaborar atas de reunião;
- f) Elaborar minutas e correspondências institucionais, como mensagens eletrônicas, memorandos, ofícios e relatórios;
- g) Planejar, organizar e supervisionar o funcionamento da secretaria;



- h) Planejar, organizar e supervisionar a realização de eventos, reuniões e viagens, providenciando as respectivas infraestruturas, transporte e hospedagens e demais providências logísticas;
- i) Prestar assistência direta aos gestores;
- j) Recepcionar e atender cidadãos e representantes das instituições públicas e privadas;
- k) Zelar pela confidencialidade de documentos, informações e procedimentos institucionais, mantendo sigilo absoluto sobre os conteúdos a que tiver acesso;
- l) Utilizar, com domínio, ferramentas de produtividade, como Microsoft Office (Word, Excel, PowerPoint, Outlook), plataformas de videoconferência e sistemas corporativos;
- m) Executar outras atividades correlatas à função de secretariado executivo, conforme demanda da gestão.

12 DAS CATEGORIAS FUNCIONAIS, QUALIFICAÇÕES E ATRIBUIÇÕES DOS EMPREGADOS

12.1 A CONTRATADA deverá dispor de mão de obra qualificada para a prestação dos serviços, em conformidade com a legislação trabalhista vigente, com a norma coletiva aplicável ao seu enquadramento sindical, bem como com os requisitos técnicos e funcionais estabelecidos neste Termo de Referência.

12.2 Além de idade mínima de 18 (dezoito) anos, serão exigidos requisitos dos funcionários a serem alocados nos postos de trabalho e as atribuições, de acordo com a categoria funcional.

12.3 Quanto aos requisitos básicos dos profissionais acima elencados, para atender à demanda dos serviços de que trata esta categoria, a CONTRATADA deverá alocar profissionais com, no mínimo, os seguintes requisitos:

- 12.3.1 Secretário(a) Executivo(a) (CBO 2523-05): formação de nível superior completo em Secretariado Executivo, reconhecida pelo MEC;



- a) Experiência Mínima de 01 (um) ano na prestação de serviços de assessoria executiva ou apoio direto a diretoria, presidência ou cargos de alta gestão;
- b) A formação deverá ser compatível com as atividades de assessoramento executivo de alta complexidade;
- c) Registro Profissional, obtido nas Superintendências Regionais do Trabalho e emprego do Ministério do Trabalho – SRT/TEM, exigido pela legislação vigente;
- d) Conhecimento aprofundado da Língua Portuguesa;
- e) Domínio das ferramentas de produtividade, como pacote Microsoft Office ou equivalente (Word, Excel, Outlook, PowerPoint);
- f) Capacidade de comunicação oral e escrita compatível com o ambiente institucional;
- g) Apresentar postura ética, discrição e sigilo no tratamento das informações;
- h) Habilidade para atuar sob pressão, com organização, foco e gestão simultânea de múltiplas tarefas;
- i) Demonstrar habilidades e atitudes compatíveis com a função, incluindo: comunicação clara e objetiva, capacidade de concentração, ética, gerenciamento de tempo, altruísmo, pontualidade, proatividade, profissionalismo, cordialidade e empatia.

12.4 Os funcionários alocados deverão possuir desembaraço e boas maneiras no trato com o público interno e externo.

12.5 Os profissionais deverão demonstrar competência laboral com a área do serviço e aplicar os ensinamentos do treinamento e atualização profissional ministrados pela CONTRATADA.

12.6 Todas as comprovações de que tratam este item, deverá ocorrer no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data de assinatura do Termo de Contrato.

12.7 A CONTRATANTE poderá avaliar a execução dos serviços prestados, quanto ao atendimento dos requisitos estabelecidos neste Termo de Referência, por meio da fiscalização contratual.



12.8 Caso a CONTRATANTE identifique inadequação na execução dos serviços ou descumprimento das obrigações contratuais por parte do profissional alocado, a CONTRATADA será notificada para adotar as providências cabíveis, incluindo a substituição do profissional por outro que atenda às exigências contratuais, no prazo acordado com a fiscalização do contrato.

12.9 O empregado que não possuir a formação exigida pela legislação estará impedido de assumir as funções objeto deste contrato na NAV Brasil.

13 INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

13.1 A presente contratação tem por objeto a prestação de serviços continuados de Secretariado Executivo, com dedicação de mão de obra exclusiva, para atendimento às demandas da Administração Central da NAV Brasil.

13.2 O regime de execução adotado será o de empreitada por preço unitário, considerando que a execução dos serviços poderá apresentar variações de demanda ao longo do período contratual.

13.3 Para a execução do objeto, considerando o período de 30 (trinta) meses, a CONTRATADA deverá disponibilizar os serviços conforme os quantitativos estimados e enquadramentos ocupacionais a seguir:

Item	Serviço	Unidade	Quantidade para 30 meses
1	Prestação de serviço de secretariado executivo, com jornada diária de 8 horas, 40 horas semanais, de segunda a sexta-feira.	Posto	02
2	Horas extras de Secretariado Executivo	Hora	240



13.4 A prestação dos serviços observará jornada de 40 (quarenta) horas semanais, distribuídas em 8 (oito) horas diárias, de segunda a sexta-feira, em horário a ser definido pela contratante, observada a legislação trabalhista vigente.

13.5 A jornada diária deverá contemplar intervalo mínimo de 1 (uma) hora para repouso e alimentação, nos termos da legislação trabalhista vigente, sendo admitida a redução ou supressão desse período de forma excepcional durante a execução dos serviços, com autorização formal a fiscalização de contrato.

13.6 Havendo necessidade de extensão da jornada de trabalho, poderá ser realizada compensação por meio de banco de horas, limitada a até 2 (duas) horas diárias, mediante autorização prévia da fiscalização do contrato, observadas as disposições da legislação trabalhista vigente e da norma coletiva aplicável ao enquadramento sindical da CONTRATADA. As horas que ultrapassarem esse limite poderão ser consideradas horas extraordinárias, desde que previamente autorizadas.

13.7 A execução das atividades ocorrerá nas dependências da CONTRATANTE ou em outro local previamente indicado, conforme a necessidade do serviço.

13.8 Durante a execução contratual, poderá haver necessidade eventual de realização de horas extraordinárias, em razão de demandas excepcionais da CONTRATANTE.

13.9 A realização de horas extraordinárias dependerá de autorização prévia da fiscalização do contrato, mediante registro formal da demanda e indicação do quantitativo de horas a serem executadas.

13.10 As horas extraordinárias serão remuneradas com base na hora efetivamente trabalhada, observados os adicionais previstos na legislação trabalhista vigente e na norma coletiva aplicável ao enquadramento sindical da CONTRATADA.

13.11 A utilização de horas extraordinárias será limitada ao quantitativo estimado de 240 (duzentas e quarenta) horas para todo o período contratual.



13.12 A utilização das horas extras não caracteriza ampliação permanente do quantitativo de postos contratados.

13.13 Todos os custos operacionais, encargos trabalhistas, previdenciários, tributários, comerciais e demais despesas decorrentes da prestação dos serviços deverão estar contempladas nos valores propostos pela CONTRATADA.

13.14 As propostas deverão ser apresentadas considerando o período de 30 (trinta) meses, contendo os valores unitários e globais correspondentes aos serviços previstos.

13.15 A eventual realização de horas extraordinárias pelos profissionais alocados não caracteriza subordinação direta à CONTRATANTE, cabendo exclusivamente à CONTRATADA a gestão da jornada de trabalho de seus empregados, nos termos da legislação trabalhista, à CONTRATANTE caberá apenas a autorização.

14 OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

15.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

14.1 Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por empregado público especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

14.2 O fiscal designado não deverá ter exercido a função de pregoeiro na licitação que tenha antecedido o contrato, a fim de preservar a segregação de funções (TCU, acórdão 1375/2015 – Plenário e, TCU, acórdão 2146/2011, Segunda Câmara);

14.3 A designação do fiscal deverá levar em conta potenciais conflitos de interesse, que possam ameaçar a qualidade da atividade a ser desenvolvida. (Acórdão TCU 3083/2010 – Plenário);



- 14.4 Notificar a CONTRATADA por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;
- 14.5 Pagar à CONTRATADA o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;
- 14.6 Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal da CONTRATADA, no que couber;
- 14.7 Não praticar atos de ingerência na administração da CONTRATADA, tais como:
- 14.7.1 Exercer o poder de mando sobre os empregados da CONTRATADA, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;
 - 14.7.2 Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas CONTRATADAS;
 - 14.7.3 Promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da CONTRATADA, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e
 - 14.7.4 Considerar os trabalhadores da CONTRATADA como colaboradores eventuais da entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.
- 14.8 Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;
- 14.9 Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;



14.10 Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pela CONTRATADA, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.

14.11 Colocar à disposição da CONTRATADA toda legislação, normas, instruções e programas de trabalho de sua competência, com o objetivo de facilitar e orientar a execução dos serviços contratados.

14.12 Exercer a fiscalização dos serviços por empregados especialmente designados.

14.13 Permitir à CONTRATADA o acesso a todas as áreas, instalações e equipamentos necessários ao cumprimento das tarefas previstas neste Termo de Referência.

15 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

15.1 Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;

15.2 Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos serviços empregados;

15.3 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à NAV Brasil, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à CONTRATADA, o valor correspondente aos danos sofridos;

15.4 Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;



15.5 Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança na entidade Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;

15.6 Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa CONTRATADA deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

- a) Certificado de regularidade perante o Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS);
- b) Certificado de regularidade perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- c) Prova de regularidade com a Fazenda Federal.

15.7 Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes adotadas pela CONTRATADA na licitação originária ao respectivo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;

15.8 Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços;

15.9 Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento;

15.10 Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;



- 15.11 Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado;
- 15.12 Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;
- 15.13 Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações constantes neste Termo de Referência;
- 15.14 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 15.15 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 15.16 Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a CONTRATADA houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015;
- 15.17 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 15.18 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação;



15.19 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;

15.20 Apresentar relação mensal dos empregados que expressamente optarem por não receber o vale transporte;

15.21 Não serão incluídas nas planilhas de custos e formação de preços as disposições contidas em Acordos, Dissídios ou Convenções Coletivas que tratem de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa CONTRATADA, de matéria não trabalhista, de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade;

15.22 Efetuar o pagamento dos salários dos empregados alocados na execução contratual mediante depósito em conta bancária de titularidade do trabalhador, de modo a viabilizar a fiscalização pela CONTRATANTE.;

15.22.1 Em caso de inadimplemento de obrigações trabalhistas por parte da CONTRATADA, a CONTRATANTE poderá adotar as medidas administrativas cabíveis, inclusive a retenção de valores devidos à CONTRATADA, sem prejuízo da adoção das medidas judiciais pertinentes, inclusive para fins de depósito judicial, visando resguardar o interesse público e assegurar a correta destinação dos recursos.

15.23 Os profissionais alocados deverão executar suas atividades exclusivamente no âmbito da NAV Brasil, durante a jornada contratada, sendo vedada a prestação de serviços simultâneos a outros contratos, empresas ou órgãos no mesmo período;

a) O descumprimento desta exigência será motivo de rescisão contratual.



15.24 Instruir ao seu preposto quanto à necessidade de acatar as orientações da NAV Brasil, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas e de Segurança e Medicina do Trabalho;

15.25 Atender às solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência;

15.26 Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas da NAV Brasil;

15.27 Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a CONTRATADA relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

15.28 Instruir seus empregados, no início da execução contratual, quanto à obtenção das informações de seus interesses junto aos órgãos públicos, relativas ao contrato de trabalho e obrigações a ele inerentes, adotando, entre outras, as seguintes medidas:

- a) Viabilizar o acesso de seus empregados, via internet, por meio de senha própria, aos sistemas da Previdência Social e da Receita do Brasil, com o objetivo de verificar se as suas contribuições previdenciárias foram recolhidas, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;
- b) Viabilizar a emissão do cartão cidadão pela Caixa Econômica Federal para todos os empregados, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;
- c) Oferecer todos os meios necessários aos seus empregados para a obtenção de extratos de recolhimentos de seus direitos sociais, preferencialmente por meio eletrônico, quando disponível.



15.29 Não se beneficiar da condição de optante pelo Simples Nacional, salvo as exceções previstas no § 5º-C do art.º. 18 da Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006;

15.30 Comunicar formalmente à Receita Federal a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, salvo as exceções previstas no § 5º-C do art.º 18 da Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006, para fins de exclusão obrigatória do Simples Nacional a contar do mês seguinte ao da contratação, conforme previsão do art.17, XII, art.30, §1º, II e do art.º. 31, II, todos da LC 123, de 2006.

- a) Para efeito de comprovação da comunicação, a CONTRATADA deverá apresentar cópia do ofício enviado à Receita Federal do Brasil, com comprovante de entrega e recebimento, comunicando a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, até o último dia útil do mês subsequente ao da ocorrência da situação de vedação.

15.31 A CONTRATADA deverá fornecer à NAV Brasil, mensalmente, a escala de serviço completa, tendo em vista o controle de todos os assuntos relacionados à movimentação de pessoas nos recintos restritos e controlados sob a sua jurisdição;

15.32 A CONTRATADA deverá observar as Normas de Segurança e Medicina do Trabalho;

15.33 A CONTRATADA deverá responsabilizar-se pelo transporte de seu pessoal da residência até as dependências da CONTRATANTE e vice-versa, por meios próprios, em casos de paralisação dos transportes coletivos, independente de itinerário, percurso ou distância;

15.34 Todas as comunicações que envolvem a execução deste contrato deverão ser realizadas por escrito e entregues no protocolo da CONTRATANTE e ao Preposto da CONTRATADA mediante protocolo ou qualquer outro meio que comprove o seu recebimento, conforme o caso;

15.35 Acompanhar a atuação do Preposto para que comande, coordene e controle a execução dos serviços contratados e mantenha permanente contato com a unidade



responsável pela fiscalização do Contrato, adotando as providências requeridas relativas à execução dos serviços pelos funcionários;

15.36 Designar devidamente o empregado quando do acionamento para a prestação de serviços extras;

15.37 Em caso de ausência do profissional alocado, a CONTRATADA deverá providenciar a substituição por profissional com qualificação equivalente, no menor prazo possível, de modo a não comprometer a continuidade dos serviços.

15.37.1 A substituição deverá ocorrer preferencialmente de forma imediata e, em qualquer caso, no prazo máximo de 2 (duas) horas, contado do início da jornada de trabalho.

15.38 Conhecer todos os procedimentos pertinentes às atividades da equipe, repassar as normas vigentes e sanar as dúvidas e os questionamentos;

15.39 Determinar e orientar a equipe quanto ao cumprimento de todas as instruções e procedimentos estabelecidos e/ou recomendados pela CONTRATANTE, com ordem, disciplina e eficiência;

15.40 Supervisionar e orientar as equipes quanto aos procedimentos adotados para o desempenho correto e postura no cumprimento de suas tarefas;

15.41 Fiscalizar regularmente os seus empregados, para verificar as condições em que o serviço está sendo prestado, bem como o funcionamento dos equipamentos, mobiliário e instalações, reportando quaisquer anormalidades à CONTRATANTE;

15.42 Reportar ao setor da Administração qualquer fato, atitude ou ato que possa interferir nos procedimentos dos serviços, conforme a Instrução de Trabalho;

15.43 Indicar oficialmente à CONTRATANTE um Preposto, idôneo e devidamente habilitado, com poderes para representá-la e tomar deliberações em tudo quanto se relacione com a execução do serviço;



15.44 O Preposto deverá dispor de carimbo que o identifique nas assinaturas dos documentos referentes ao contrato e a rotina das atividades;

15.45 Garantir que os empregados não executem quaisquer outras atividades não previstas neste Termo de Referência, durante o horário em que estiverem prestando serviço para a CONTRATANTE;

15.46 Responsabilizar-se legal, administrativa, civil e criminalmente pela inteira execução do serviço contratado, inclusive por todos os atos e omissões que seus empregados cometerem nas áreas da CONTRATANTE, indenizando a parte prejudicada, se for o caso;

15.47 Fazer com que os seus empregados participem de quaisquer cursos exigidos pela Administração que venham a ser obrigatórios durante a vigência do contrato, arcando com os seus custos, quando aplicável;

15.48 Arcar com os custos (vale transporte, alimentação e hora extra – quando aplicável e conforme a lei vigente) decorrentes da convocação do efetivo para treinamento e reuniões realizados pela CONTRATANTE, para o bem da qualidade dos serviços prestados;

15.49 Garantir que seus empregados mantenham sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de interesse da CONTRATANTE ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução do objeto deste Termo de Referência, assim como orientar os empregados;

15.50 A CONTRATADA deverá providenciar, com antecedência necessária, a credencial, emitida pela CONTRATANTE, para todo o pessoal a ser empregado na realização dos serviços, sendo por sua conta exclusiva as despesas inerentes de tal processo, bem como realizar a devida apresentação de todos os empregados à Fiscalização da CONTRATANTE;

- a) A CONTRATADA deverá devolver as credenciais vencidas, também aquelas dos funcionários desligados, no máximo, em até 02 (dois) dias úteis, a contar da data de vencimento/desligamento.



- b) Nos casos de extravio ou perda da credencial, a CONTRATADA deverá encaminhar à CONTRATANTE solicitação formal de emissão de nova credencial, juntamente com Boletim de Registro de Ocorrência Policial;
- c) O prazo para regularização é de 2 (dois) dias úteis.
- d) Os funcionários, quando em serviço, deverão portar em local visível e sem obstrução, na altura do peito a credencial emitida pela CONTRATANTE, mesmo estando uniformizados.
- e) Garantir que os profissionais contratados possuam formação exigida pela legislação.

15.51 É de responsabilidade da CONTRATADA reservar 20% do seu quadro administrativo para pessoa com deficiência;

15.52 São proibidos quaisquer atos de preconceito de raça, cor, sexo, orientação sexual, religião ou estado civil na seleção dos prestadores de serviço no quadro da empresa;

15.53 É dever da CONTRATADA promover cursos destinados à educação e capacitação dos trabalhadores envolvidos na execução dos serviços, abrangendo também o aconselhamento, a prevenção e o controle de riscos, com ênfase nas áreas de saúde e segurança do trabalho. Cabe ainda à CONTRATADA fomentar a conscientização sobre práticas socioambientais, incluindo o uso eficiente de energia e água, a redução na geração de resíduos sólidos e a adoção de condutas que minimizem impactos ambientais no local de trabalho e em sua área de influência;

15.54 A CONTRATADA obriga-se a cumprir integralmente a legislação trabalhista vigente, bem como os instrumentos coletivos de trabalho por ela adotados e informados em sua proposta, quando aplicáveis.

15.55 As remunerações dos empregados alocados na execução contratual deverão observar os valores apresentados na proposta e na planilha de custos da CONTRATADA, não podendo ser inferiores aos valores por ela declarados, nem aos mínimos legais ou normativos eventualmente aplicáveis.



15.56 Para a obtenção de adequado nível de desenvoltura no planejamento dos trabalhos e maior desembaraço na coordenação de sua execução, bem como postura adequada no relacionamento com clientes internos e externos, a empresa CONTRATADA deverá garantir:

- a) Que os empregados sejam pontuais e assíduos ao trabalho, respeitando os horários previamente estabelecidos;
- b) Que os empregados possuam idoneidade moral e competência técnica compatível com as atribuições a serem desempenhadas;
- c) Que os empregados demonstrem princípios de urbanidade, cordialidade e respeito nas relações interpessoais.
- d) Os profissionais deverão manter conduta profissional compatível com o ambiente corporativo, observadas as normas internas da CONTRATANTE, vedada a imposição de padrões estéticos ou quaisquer exigências de caráter discriminatório;
- e) Que os empregados observem conduta ética, discrição, sigilo e responsabilidade no desempenho de suas atividades, zelando pelo patrimônio e pela imagem da CONTRATANTE;
- f) Que sejam adotadas, pela CONTRATADA, medidas corretivas e disciplinares cabíveis em casos de descumprimento das normas de conduta, vestuário, pontualidade, assiduidade ou comportamento inadequado, devendo tais situações ser comunicadas formalmente à fiscalização do contrato.
- g) Que os empregados cumpram com as orientações operacionais e de segurança emanadas pela Administração da NAV Brasil;
- h) Que o escritório, depósito, material, energia, e outros itens necessários, que forem cedidos pela CONTRATANTE, sejam utilizados exclusivamente para fins que visem à execução dos serviços contratados;
- i) Que os empregados não utilizem as dependências onde serão realizados os serviços constantes do contrato para vender produtos de qualquer natureza, guardar objetos de uso pessoal, consumir produtos fumígenos, fazer pontos de encontro para "bate papo", exceto nas áreas da CONTRATADA, destinadas aos horários de descanso dos empregados;
- j) Que os empregados não permitam a permanência de parentes, amigos ou outros colegas de trabalho nas áreas de atuação, a fim de evitar transtornos nas atividades executadas;



- k) Que os empregados não aceitem gorjetas ou qualquer outro tipo de pagamentos, antes durante ou depois da execução dos serviços, por parte dos usuários da Administração Central da NAV Brasil; e
- l) Que os empregados cumpram com as Normas e Regulamentações Internas da NAV Brasil a serem disponibilizadas ao fiscal da empresa pelo fiscal do contrato.

15.57 A CONTRATADA deverá atentar ao previsto no Código de Ética, Conduta e Integridade da NAV Brasil, no que for aplicável;

15.58 A CONTRATADA deverá comprovar, como condição para assinatura do contrato, a integralização do capital social compatível com o número de empregados a serem alocados na execução contratual;

15.59 O licitante vencedor se obriga a assinar a declaração de Tratamento de Dados Pessoais (LGPD), anexo IV deste Termo de Referência, na ocasião da celebração do contrato em seu favor, com vistas a atender a regulamentação relativa à proteção de dados pessoais, previstos na Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), e na regulamentação pertinente, no que diz respeito ao trato de informações e dados, disponibilizados pela Contratante, por força dos procedimentos necessários à execução do objeto do Contrato Original celebrado entre as partes;

15.60 O licitante vencedor se obriga a assinar a declaração de Adesão à Política de Transações com Partes Relacionadas da NAV Brasil, anexo V deste Termo de Referência, na ocasião da celebração do contrato em seu favor, a fim de afastar conflito de interesses, bem como a plena adesão aos dispositivos cabíveis; e

15.61 O licitante vencedor se obriga a assinar a declaração o Termo de Confidencialidade e Sigilo, anexo VI deste Termo de Referência, na ocasião da celebração do contrato em seu favor, a fim de preservar a propriedade da informação.



16 DA RELAÇÃO JURÍDICA ENTRE A CONTRATADA E OS EMPREGADOS ALOCADOS

16.1 A execução dos serviços contratados dar-se-á por meio da alocação de profissionais pela empresa CONTRATADA, os quais deverão manter vínculo empregatício direto e exclusivo com a mesma, sob regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

16.2 A CONTRATANTE não manterá qualquer vínculo empregatício, funcional ou contratual com os profissionais designados para a execução dos serviços. Caberá à CONTRATADA o cumprimento de todas as obrigações legais e trabalhistas relativas aos seus empregados, inclusive pagamento de salários, encargos sociais, benefícios previstos na norma coletiva aplicável ao seu enquadramento sindical, bem como a observância das normas de saúde, segurança e medicina do trabalho.

16.3 A subordinação técnica dos profissionais alocados ocorrerá exclusivamente no que se refere à execução das atividades descritas neste Termo de Referência, sendo vedada qualquer forma de ingerência da CONTRATANTE nas relações trabalhistas da CONTRATADA.

17 DAS OBRIGAÇÕES APLICÁVEIS AOS PROFISSIONAIS

17.1 Os profissionais indicados pela CONTRATADA deverão cumprir todas as normas gerais a seguir relacionadas, e ainda as atribuições específicas do serviço contratado;

17.2 Ser pontual e permanecer no posto de trabalho determinado, ausentando-se apenas quando substituído(a) por outro(a) profissional ou quando autorizado pelo supervisor;

17.3 Zelar pelo uso de crachá de identificação e pelo cumprimento das normas internas da CONTRATANTE relativas ao acesso e permanência em suas dependências.

17.4 Cumprir as normas de segurança para acesso às dependências da NAV Brasil;

17.5 Comunicar ao fiscal do Contrato e ao preposto da empresa qualquer irregularidade verificada;



- 17.6 Observar normas de comportamento profissional e técnicas de atendimento ao público;
- 17.7 Cumprir as normas internas da CONTRATANTE;
- 17.8 Entrar em áreas reservadas somente em caso de emergência ou quando devidamente autorizado;
- 17.9 Zelar pela preservação do patrimônio da NAV Brasil sob sua responsabilidade, mantendo a higiene, a organização e a aparência do local de trabalho, solicitando a devida manutenção, quando necessário;
- 17.10 Conhecer a missão do posto que ocupa, assim como a forma de utilização dos equipamentos colocados à sua disposição;
- 17.11 Assumir o posto com todos os acessórios necessários para o bom desempenho do trabalho;
- 17.12 Receber/passar o serviço, ao assumir/deixar o posto, relatando todas as situações encontradas, bem como as ordens e orientações recebidas;
- 17.13 Manter sigilo quanto às informações que porventura tenham obtido quando do desempenho das suas funções, sob pena de advertência, suspensão e devolução à CONTRATADA;
- 17.14 Buscar orientação com seu superior, em caso de dificuldades no desempenho das atividades, repassando-lhe o problema;
- 17.15 Adotar todas as providências ao seu alcance para sanar irregularidades ou agir em casos emergenciais;
- 17.16 Levar ao conhecimento do superior, imediatamente, qualquer informação considerada importante;
- 17.17 Ocorrendo desaparecimento de material, comunicar o fato imediatamente ao superior, lavrando posteriormente a ocorrência por escrito;



- 17.18 Promover o recolhimento de objetos e/ou valores encontrados nas dependências da NAV Brasil, providenciando para que sejam encaminhados à segurança ou ao seu superior;
- 17.19 Evitar tratar de assuntos particulares ou que não tenham afinidade com o serviço desempenhado, durante o horário de trabalho, a fim de evitar o comprometimento e interrupções desnecessárias no atendimento;
- 17.20 Evitar confrontos com empregados públicos, outros prestadores de serviço e visitantes da NAV Brasil;
- 17.21 Tratar a todos com urbanidade;
- 17.22 Não abordar empregados públicos ou terceirizados para tratar de assuntos particulares, de serviço ou atinentes ao contrato, exceto se for membro da equipe de fiscalização;
- 17.23 Não fazer uso das relações de trabalho para obtenção de benefícios pessoais;
- 17.24 Não se dirigir a terceiros para solicitar benefícios pessoais no âmbito de atuação profissional;
- 17.25 Não fazer uso das instalações, materiais e equipamentos da CONTRATANTE para fins particulares;
- 17.26 Utilizar o telefone, exclusivamente, para o serviço;
- 17.27 Possuir capacidade para redigir, de forma clara, legível e objetiva, relatórios, formulários, ocorrências e comunicados relacionados a área de atuação; e
- 17.28 Não participar, no âmbito da NAV Brasil, de grupos de manifestações ou reivindicações, evitando espalhar boatos ou tecer comentários desairosos ou desrespeitosos relativos a outras pessoas.



18 INTERAÇÃO COM A CONTRATADA

18.1 A CONTRATADA indicará formalmente à CONTRATANTE, no ato da assinatura do contrato, seu preposto, em cujo instrumento deverá constar expressamente os poderes e deveres em relação à execução do objeto.

18.2 Caberá ao preposto estabelecer os contatos e prestar as informações e esclarecimentos à CONTRATANTE necessárias à boa execução contratual, sendo o ponto de contato entre CONTRATADA e CONTRATANTE para toda e qualquer questão relacionada ao contrato, informando contato telefônico e endereço de e-mail específicos para atendimento das solicitações de ações corretivas.

18.3 A CONTRATADA se responsabiliza a designar quantos prepostos forem necessários ao atendimento tempestivo das solicitações e providências necessárias ao bom cumprimento das obrigações contratuais.

18.4 A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pela CONTRATANTE, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

18.5 As comunicações entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

18.6 A CONTRATANTE poderá convocar o preposto para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

18.7 No decorrer do prazo contratual, ressalvadas as recomendações mais simples ou aquelas de urgência ou emergência, feitas pela FISCALIZAÇÃO, não serão levadas em consideração comunicações verbais.

18.8 O preposto designado pela CONTRATADA não poderá ser um dos empregados contratados para a execução direta do objeto, devendo tratar-se de representante especificamente indicado para esta função. O preposto não estará obrigado a permanecer



no local da execução dos serviços, devendo, entretanto, manter-se acessível por telefone e correio eletrônico para atendimento imediato às solicitações da CONTRATANTE.

19 DA SUBCONTRATAÇÃO

19.1 Não será admitida subcontratação, total ou parcial, dos serviços objeto deste Termo de Referência, devendo a execução ser realizada integralmente pela empresa contratada, considerando a natureza das atividades de secretariado executivo em regime de dedicação exclusiva de mão de obra.

20 CONTRATADA DA PARTICIPAÇÃO DE ME E EPP

20.1 A presente contratação deverá ocorrer mediante ampla concorrência, não sendo, desta feita, para participação exclusiva de microempresas - ME e empresas de pequeno porte – EPP, uma vez que o valor da mesma ultrapassa o valor de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), valor máximo previsto pela Lei Complementar nº 123/2006, em seu art. 48, inciso I, como parâmetro para a adoção obrigatória.

21 DA PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVAS

21.1 Não será admitida a participação de sociedades cooperativas uma vez que pela natureza do serviço e o modo como usualmente é executado no mercado, as atividades demandam subordinação entre o trabalhador e o contratado, bem como personalidade e habitualidade, requisitos típicos da relação de emprego, conforme Súmula nº 281 do Tribunal de Contas da União.

22 DA PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS

22.1 Tendo em vista a baixa complexidade técnica e financeira dos serviços a serem prestados, porquanto não envolvem serviços de grande vulto e/ou de alta complexidade



técnica, não será admitida a participação de licitantes reunidas em consórcio. Possibilitar a participação de consórcios poderia acarretar prejuízo para a competitividade do certame.

23 DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

23.1 É admissível a fusão, cisão ou incorporação da CONTRATADA com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

24 DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

24.1 As condições para a alteração contratual estabelecidas conforme o teor do art. 81, da Lei nº 13.303/2016, serão estabelecidas na Minuta de Termo de Contrato.

25 DA RESCISÃO CONTRATUAL

25.1 As hipóteses de rescisão contratual serão estabelecidas na Minuta de Termo de Contrato.

26 DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

26.1 A CONTRATADA designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

26.2 A CONTRATANTE poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a CONTRATADA designará outro para o exercício da atividade.



26.3 CONTRATADA poderá convocar o preposto para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

26.4 A CONTRATADA não está obrigada a manter preposto da empresa no local da execução do objeto.

26.5 A fiscalização dos serviços será executada por intermédio da Comissão de Fiscalização, a ser nomeada por meio de Ato Administrativo expedido pela autoridade competente, que atuará em nome da CONTRATANTE, com plenos poderes para fiscalizar, supervisionar e controlar a qualidade dos serviços prestados pela CONTRATADA e o cumprimento das obrigações contratuais das disposições contidas na CCT, e a legislação trabalhista e previdenciárias, ambas estabelecidas pela CLT.

26.6 A fim de assegurar a consecução do preconizado no item anterior, a Comissão de Fiscalização poderá, a seu critério e a qualquer momento, orientar os empregados da CONTRATADA através de seus prepostos, no sentido de corrigir possíveis falhas na condução das tarefas, tornando-as, dessa forma, proficientes.

26.7 Sendo necessárias modificações nos processos de trabalho, em função de mudanças na conjuntura operacional, ou simplesmente com o fim de aperfeiçoar o padrão de qualidade dos serviços como um todo, a Fiscalização poderá, a seu critério e a bem da agilidade, discutir o assunto verbalmente com a CONTRATADA, a qual poderá expor amplamente sua argumentação em relação ao assunto, cabendo, todavia, à Fiscalização a decisão final, que ficará registrada em ata.

26.8 A Comissão de Fiscalização poderá solicitar o imediato afastamento de empregado da CONTRATADA que embaraçar ou dificultar sua ação fiscalizadora ou cuja permanência na área, a seu exclusivo critério, julgar inconveniente, devendo a CONTRATADA providenciar a substituição do mesmo às suas exclusivas expensas.



26.9 A fiscalização administrativa poderá ser efetivada com base em critérios estatísticos, levando-se em consideração falhas que impactem o contrato como um todo e não apenas erros e falhas eventuais no pagamento de alguma vantagem a um determinado empregado.

26.10 Na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais exigir-se-á, dentre outras, as seguintes comprovações (os documentos poderão ser originais ou cópias simples), no caso de empresas regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT):

26.10.1 No primeiro mês da prestação dos serviços, a CONTRATADA deverá apresentar a seguinte documentação:

- a) relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;
- b) Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela CONTRATADA;
- c) exames médicos admissionais dos empregados da CONTRATADA que prestarão os serviços;
- d) declaração de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA sobre a quitação dos encargos trabalhistas e sociais decorrentes do contrato; e
- e) deverá haver a comprovação a integralização do capital social, em consonância com o estabelecido em seu respectivo ato constitutivo; e
- f) deverá ser comprovado o quantitativo de empregados atualmente registrados;
- g) entrega até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços ao setor responsável pela fiscalização do contrato dos seguintes documentos, quando não for possível a verificação da regularidade destes no Sistema de Cadastro de Fornecedores (SICAF);
- h) Certificado de regularidade perante o Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS);
- i) Certificado de regularidade perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);



- j) Prova de regularidade com a Fazenda Federal;
- k) entrega, quando solicitado pela CONTRATANTE, de quaisquer dos seguintes documentos:
 - l) extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério da CONTRATANTE;
 - m) cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador CONTRATANTE;
 - n) cópia dos contracheques dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários;
 - o) comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei ou de Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado; e
 - p) comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei ou pelo contrato.
 - q) entrega de cópia da documentação abaixo relacionada, quando da extinção ou rescisão do contrato, após o último mês de prestação dos serviços, no prazo definido no contrato:
 - r) termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato do instrumento coletivo;
 - s) guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;
 - t) extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado; e
 - u) exames médicos demissionais dos empregados dispensados.

26.11 A cada período de 12 (doze) meses de vigência do contrato de trabalho, a CONTRATADA deverá encaminhar termo de quitação anual de todas as obrigações trabalhistas, na forma do art. 507-B da CLT, ou comprovar a adoção de providências voltadas à sua obtenção, juntamente com exame periódico, relativos aos empregados alocados, em dedicação exclusiva, na prestação de serviços contratados.



- a) O termo de quitação anual efetivado deverá ser firmado junto aos respectivos Sindicato dos Empregados e obedecerá ao disposto no art. 507-B, parágrafo único, da CLT.
- b) Para fins de comprovação da adoção das providências a que se refere o presente item, será aceito qualquer meio de prova, tais como: recibo de convocação, declaração de negativa de negociação, ata de negociação, dentre outros.
- c) Não haverá pagamento adicional pela CONTRATANTE à CONTRATADA em razão do cumprimento das obrigações previstas neste item.

26.12 No caso de sociedades diversas, tais como as Organizações Sociais, será exigida a comprovação de atendimento a eventuais obrigações decorrentes da legislação que rege as respectivas organizações.

26.13 Sempre que houver admissão de novos empregados pela CONTRATADA, os documentos elencados no subitem 26.10.1, deverão ser apresentados.

26.14 A CONTRATANTE deverá analisar a documentação solicitada nos subitens acima no prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento dos documentos, prorrogáveis por mais 30 (trinta) dias, justificadamente.

26.15 Em caso de indício de irregularidade no recolhimento das contribuições previdenciárias, os fiscais ou gestores do contrato deverão oficiar à Receita Federal do Brasil (RFB).

26.16 Em caso de indício de irregularidade no recolhimento da contribuição para o FGTS, os fiscais ou gestores do contrato deverão oficiar à Superintendência Regional do Trabalho.

26.17 O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela CONTRATADA, incluindo o descumprimento das obrigações trabalhistas, não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias ou para com o FGTS ou a não manutenção das condições de habilitação, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas no instrumento convocatório e na legislação vigente, podendo culminar em



rescisão contratual, por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, conforme as condições contratuais.

26.18 A CONTRATANTE poderá conceder prazo para que a CONTRATADA regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade de correção.

26.19 O contrato só será considerado integralmente cumprido após a comprovação, pela CONTRATADA, do pagamento de todas as obrigações trabalhistas, sociais e previdenciárias e para com o FGTS referentes à mão de obra alocada em sua execução, inclusive quanto às verbas rescisórias.

26.20 A CONTRATADA é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

- a) A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento.

26.21 O FISCAL deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada, a ser materializada pelo Instrumento de Medição de Resultados (IMR).

26.22 Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize o Instrumento de Medição de Resultados (IMR) para a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

26.23 A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.



26.24 Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas neste Termo de Referência.

26.25 A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da CONTRATADA que contenha a relação detalhada destes, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

26.26 O representante da CONTRATANTE deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais.

26.27 A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais.

26.28 As disposições previstas nesta cláusula não excluem a fiscalização técnica e administrativa, aplicável no que for pertinente à contratação.

27 DOS CRITÉRIOS DE AFERIÇÃO E MEDIÇÃO PARA FATURAMENTO

27.1 A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultados (IMR), previsto no Anexo III deste Termo de Referência, devendo haver o



redimensionamento no pagamento com base nos critérios, metodologias, conceituações e indicadores estabelecidos no respectivo instrumento;

27.2 A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará a metodologia, os critérios e os conceitos estabelecidos no respectivo Instrumento.

27.3 Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a CONTRATADA se enquadre nas ocorrências definidas no respectivo IMR.

28 DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

28.1 Mensalmente, a emissão da Nota Fiscal deve ser precedida do recebimento definitivo do objeto contratual, nos termos abaixo.

- a) No prazo de até 5 (cinco) dias corridos do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual, em especial a comprovação do pagamento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS pela CONTRATADA, correspondentes ao período de prestação de serviço faturado, relativas aos empregados que tenham participado da execução dos serviços contratados.
- b) A CONTRATADA fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas.

28.2 Em até 10 (dez) dias corridos a contar da entrega da documentação acima, o fiscal emitirá o Termo de Recebimento Definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, em caso de regularidade da prestação dos serviços, ou fixará o prazo de até 5 (cinco) dias corridos para que a CONTRATADA promova as correções necessárias, em caso de inconformidades



28.3 No prazo mencionado no subitem anterior, o recebimento definitivo, deverá obedecer às seguintes diretrizes:

- a) Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;
- b) Emitir relatório de Fiscalização baseado nas documentações apresentadas;
- c) Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ou instrumento substituto.

28.4 O recebimento do objeto não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei nº 10.406, de 2002).

28.5 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da CONTRATADA, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

29 DO PAGAMENTO

29.1 O pagamento ocorrerá de forma parcelada, mensalmente, referente ao período de adimplemento da parcela da contratação.

- a) O primeiro faturamento será proporcional aos dias trabalhados e os seguintes deverão ser faturados considerando o mês integral.
- b) A remuneração do contrato compreenderá valor mensal fixo referente aos postos de trabalho contratados e valor variável correspondente à eventual execução de serviços de secretariado executivo por hora, os quais somente serão pagos quando previamente autorizados pela fiscalização do contrato, de acordo com a quantidade de horas efetivamente executadas.



29.2 As Notas Fiscais deverão ser emitidas com base no quantitativo efetivamente executado do objeto contratado no respectivo mês, conforme o regime de execução por empreitada por preço unitário, observado o previsto na medição mensal aprovada pela fiscalização. O pagamento será efetuado pela CONTRATANTE no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da apresentação da Nota Fiscal contendo o detalhamento dos serviços executados, devendo o fiscal encaminhar a Nota Fiscal em até 10 (dez) dias corridos da data do vencimento, para o Setor competente para o processamento do pagamento.

29.3 A emissão da Nota Fiscal será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência.

29.4 As notas fiscais referentes à prestação dos serviços contratados deverão ser emitidas com o CNPJ N° 42.736.102/0001-10, da Administração Central da NAV Brasil localizada Avenida General Justo, nº160 - Rio de Janeiro/RJ, Centro, CEP 20021-130 e, posteriormente, entregues à FISCALIZAÇÃO para as devidas providências de processamento do pagamento;

29.5 A Nota Fiscal ao ser emitida deverá conter também, discriminadamente:

- a) Número do Contrato;
- b) Nome e código do Banco, nome e código da agência e conta para depósito;
- c) Descrição dos serviços.

29.6 O pagamento será efetuado pela CONTRATANTE no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal.

29.7 O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e da CONTRATANTE;



- d) o período de prestação dos serviços;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

29.8 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, especialmente a não comprovação do cumprimento das obrigações trabalhistas, sociais e/ou previdenciárias referente ao mês da prestação dos serviços, e anteriores, o pagamento ficará sobrestado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras e/ou as comprovações pertinentes.

- a) Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.

29.9 Caso o Licitante Vencedor seja optante do Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - SIMPLES, deverá apresentar, com a Nota Fiscal, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor, se aplicável.

29.10 Antes de cada pagamento à CONTRATADA, será realizada consulta ao SICAF para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; e
- b) identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito da contratante, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

29.11 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da CONTRATADA, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa.

- a) O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da CONTRATANTE.

29.12 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a CONTRATANTE deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da



regularidade fiscal quanto à inadimplência da CONTRATADA, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

29.13 Persistindo a irregularidade, a CONTRATANTE deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à CONTRATADA a ampla defesa.

29.14 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a CONTRATADA não regularize sua situação junto ao SICAF.

29.15 Será rescindido o contrato em execução com a CONTRATADA inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da CONTRATANTE.

29.16 É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário empregado público da ativa da entidade CONTRATANTE, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

29.17 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

29.18 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$$EM = I \times N \times VP$$

sendo:

EM = Encargos moratórios;



N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = (TX)$	$I = \frac{(6/100)}{365}$	$I = 0,00016438$
		$TX = \text{Percentual da taxa anual} = 6\%$

30 DO REAJUSTE DE PREÇOS EM SENTIDO AMPLO (REPACTUAÇÃO)

30.1 Os preços dos serviços inicialmente contratados são fixos e irrealizáveis no prazo de 1 (um) ano contado da:

30.1.1 data limite para apresentação das propostas constante do ato convocatório, exclusivamente para os custos não relacionados à mão de obra; e

30.1.2 data do Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou instrumento equivalente, vigente à época da apresentação da proposta, no que se refere aos custos decorrentes da mão de obra, vinculados à respectiva data-base da categoria profissional.

30.2 A repactuação poderá ser realizada em parcelas distintas, observada a anualidade, considerando as diferentes datas de formação dos custos, especialmente aqueles relacionados à mão de obra.

30.3 A repactuação decorrente de novo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho deverá refletir exclusivamente a variação dos custos de mão de obra efetivamente comprovada, nos termos da legislação aplicável.

30.4 O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado:



- a) Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base do Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo ao qual a CONTRATADA está vinculada;
- b) Para os insumos discriminados na Planilha de Custos e Formação de Preços que estejam diretamente vinculados ao valor de preço público (tarifa): data do reajuste do preço público vigente à época da apresentação da proposta;
- c) Para os demais custos, sujeitos à variação de preços do mercado (insumos não decorrentes da mão de obra): a partir da data limite para apresentação das propostas constante do Edital.

30.5 O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado:

30.5.1 Da data do Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalente vigente à época da apresentação da proposta, quando a variação dos custos for decorrente da mão de obra e estiver vinculada às datas-bases desses instrumentos;

30.5.2 Da data do último reajuste do preço público vigente, para os insumos discriminados na Planilha de Custos e Formação de Preços que estejam diretamente vinculados ao valor de preço público (tarifa);

30.5.3 Da data limite para apresentação das propostas constante do ato convocatório, em relação aos custos com a execução do serviço decorrentes do mercado (insumos não decorrentes da mão de obra), tais como o custo dos materiais e equipamentos necessários à execução do serviço;

30.5.4 . Para os insumos discriminados na Planilha de Custos e Formação de Preços que estejam diretamente vinculados ao valor de preço público (tarifa): data do reajuste do preço público vigente à época da apresentação da proposta; e

30.5.5 Para os demais custos, sujeitos à variação de preços do mercado (insumos não decorrentes da mão de obra): a partir da data limite para apresentação das propostas constante do Edital.



30.6 As repactuações a que a CONTRATADA fizer jus e que não forem solicitadas durante a vigência do contrato serão objeto de preclusão com a assinatura da prorrogação contratual ou com o encerramento do contrato.

30.7 Nessas condições, se a vigência do contrato tiver sido prorrogada, nova repactuação só poderá ser pleiteada após o decurso de novo interregno mínimo de 1 (um) ano, contado da vigência do acordo, dissídio ou convenção coletiva anterior, em relação aos custos decorrentes de mão de obra;

- a) da data do último reajuste do preço público vigente, para os insumos discriminados na planilha de custos e formação de preços que estejam diretamente vinculados ao valor de preço público (tarifa);
- b) do dia em que se completou um ou mais anos da apresentação da proposta, em relação aos custos sujeitos à variação de preços do mercado;

30.8 Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, dissídio ou convenção coletiva adotadas pela CONTRATADA, quando da licitação, de acordo com o regular enquadramento da CONTRATADA, ou ainda não tenha sido possível à CONTRATANTE ou à CONTRATADA proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.

30.9 Quando a contratação envolver mais de um instrumento coletivo, de acordo com o regular enquadramento da CONTRATADA, com datas base diferenciadas, a repactuação deverá ser dividida em tantas parcelas quantos forem os acordos, dissídios ou convenções coletivas das categorias envolvidas na contratação.

30.10 É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, Acordo, Convenção e Dissídio Coletivo de Trabalho.



30.11 A CONTRATANTE não se vincula às disposições contidas em Acordos, Dissídios ou Convenções Coletivas que tratem do pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa CONTRATADA, de matéria não trabalhista, de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

30.12 Quando a repactuação se referir aos custos da mão de obra, a CONTRATADA efetuará a comprovação da variação dos custos dos serviços por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, dissídio ou convenção coletiva do Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo ao qual a CONTRATADA está vinculada.

30.13 Quando a repactuação solicitada pela CONTRATADA se referir aos custos sujeitos à variação dos preços de mercado (insumos não decorrentes da mão de obra), o respectivo aumento será apurado mediante a aplicação do índice de reajustamento IPCA mantido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE), com base na seguinte fórmula (art. 5º do Decreto n.º 1.054, de 1994):

$$R = V (I - I^0) / I^0$$

onde:

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual correspondente à parcela dos insumos a ser reajustada;

I⁰ = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta da licitação;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento;

- a) No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo



seja divulgado o índice definitivo; fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

- b) Nas aferições finais, o índice utilizado para a repactuação dos insumos será, obrigatoriamente, o definitivo.
- c) Caso o índice estabelecido para a repactuação de insumos venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
- d) Mediante requerimento da CONTRATADA para repactuação dos custos com insumos, a CONTRATANTE verificará, a cada anualidade, se houve deflação do índice adotado que justifique o recálculo dos custos em valor menor, promovendo, em caso positivo, a redução dos valores correspondentes da planilha contratual.

30.14 Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações terão suas vigências iniciadas observando-se o seguinte:

- a) a partir da ocorrência do fato gerador que deu causa à repactuação;
- b) em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão das próximas repactuações futuras; ou
- c) em data anterior à ocorrência do fato gerador, exclusivamente quando a repactuação envolver revisão do custo de mão de obra em que o próprio fato gerador, na forma de acordo, dissídio ou convenção coletiva, ou sentença normativa, contemplar data de vigência retroativa, podendo esta ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras.

30.15 Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

30.16 A decisão sobre o pedido de repactuação deve ser feita no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da solicitação e da entrega dos comprovantes de variação dos custos.



30.17 O prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto a CONTRATADA não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pela CONTRATANTE para a comprovação da variação dos custos.

30.18 As repactuações serão formalizadas por meio de apostilamento, exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual, caso em que deverão ser formalizadas por aditamento ao contrato.

31 DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

31.1 A CONTRATADA apresentará, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do CONTRATANTE, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro, seguro - garantia ou fiança bancária, em valor correspondente a 5 % (cinco por cento) do valor total do contrato, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, devendo ser renovada a cada prorrogação.

- a) A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).
- b) O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas.

31.2 A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

- a) Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- b) Prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- c) Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à CONTRATADA;
- e



- d) Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela CONTRATADA, quando couber.

31.3 A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.

31.4 A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da CONTRATANTE, em conta específica a ser informada pela NAV Brasil após a assinatura do contrato, com correção monetária.

31.5 No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

31.6 No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

31.7 Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a CONTRATADA obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data em que for notificada.

31.8 A CONTRATANTE executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

31.9 Será considerada extinta a garantia:

- a) com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da CONTRATANTE, mediante termo circunstanciado, de que a CONTRATADA cumpriu todas as cláusulas do contrato;
- b) no prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação.

31.10 O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela CONTRATANTE com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à CONTRATADA.



31.11 A CONTRATADA autoriza a CONTRATANTE a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no Edital e no Contrato.

31.12 A garantia da contratação somente será liberada ante a comprovação de que a empresa pagou todas as verbas rescisórias decorrentes da contratação.

31.13 Também poderá haver liberação da garantia se a empresa comprovar que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho.

32 MATRIZ DE RISCOS

32.1 Constituem riscos suportados exclusivamente pela CONTRATANTE, que poderão ensejar termos aditivos a este Contrato:

- a) Fatos retardadores ou impeditivos da execução do Contrato que não estejam na álea ordinária, tais como Fato do Príncipe, caso fortuito ou de força maior, bem como o retardamento determinado pela CONTRATANTE, que comprovadamente repercuta no preço da CONTRATADA; e
- b) Elevação dos custos operacionais para o desenvolvimento da atividade empresarial em geral e para a execução do objeto em particular, tais como, prestadores de serviço e mão de obra.

32.2 Constituem riscos suportados exclusivamente pela CONTRATADA, que não poderão ensejar termos aditivos a este Contrato:

- a) Atraso na execução do objeto contratual por culpa da CONTRATADA; e
- b) Fatos retardadores ou impeditivos da execução do Contrato próprios do risco ordinário da atividade empresarial ou da execução do objeto contratado.

32.3 Além dos riscos previstos supramencionados, constituem riscos suportados pelas partes, em especial aqueles previstos na Matriz de Riscos, Anexo I deste Termo de Referência.



33 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

33.1 Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 13.303/2016, a CONTRATADA que:

- a) falhar na execução do contrato, pela inexecução, total ou parcial, de quaisquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- b) ensejar o retardamento da execução do objeto;
- c) fraudar na execução do contrato;
- d) comportar-se de modo inidôneo;
- e) cometer fraude fiscal; ou
- f) não executar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação.

33.2 Em caso de ocorrência de quaisquer infrações supracitadas, inclusive de descumprimento de exigência expressamente formulada pela NAV Brasil ou de inobservância de qualquer obrigação legal, normativa ou contratual bem como em caso de mora, sem motivo justificado, poderão ser aplicadas à CONTRATADA, garantida a prévia defesa, as seguintes penalidades:

33.2.1 Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

33.2.2 Multa sobre o valor do Contrato, conforme se infere abaixo:

33.2.3 Moratória de 0,1% (um décimo por cento) até 0,2 (dois décimos por cento) por dia sobre o valor deste Contrato em caso de atraso na execução até o limite de 15 (quinze) dias; e

33.2.4 Compensatória de até 15% (quinze por cento) do valor do Contrato pela inexecução total ou parcial do ajuste ou por dar causa à sua rescisão, sem prejuízo de indenizar a CONTRATANTE por perdas e danos.



33.2.5 Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a NAV Brasil, por prazo não superior a 2 (dois) anos aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa neste Termo de Referência, bem como naquelas elencadas no art. 84 da Lei nº 13.303/2016 e no art. 93 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da NAV Brasil – RILC.

33.3 O atraso na execução dos serviços superior a 15(quinze) dias poderá configurar, a critério da FISCALIZAÇÃO, hipótese de rescisão unilateral do Contrato, sem prejuízo da aplicação de multa moratória convertida em compensatória, conforme previsto neste Termo de Referência;

33.4 As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si, podendo ser aplicadas em conjunto entre si ou com outras penalidades previstas neste Termo de Referência;

33.5 A CONTRATADA poderá responder por perdas e danos ocasionados à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes da execução do Contrato, independentemente de culpa ou dolo, não excluída ou reduzida essa responsabilidade em virtude da presença da FISCALIZAÇÃO ou pelo acompanhamento da execução pela CONTRATANTE;

33.6 As perdas e danos serão apuradas em competente processo, levando-se em conta as circunstâncias que tenham contribuído para a ocorrência do fato;

33.7 Serão aplicadas as sanções previstas na Lei nº 12.846/2013 à CONTRATADA que:

- a) Fraudar licitação pública ou contrato dela decorrente;
- b) Criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo;
- c) Obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais; ou



- d) Manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública.

33.8 A CONTRATADA, notificada da cominação que poderá lhe ser aplicada, terá o prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, para apresentar defesa prévia, conforme preconiza o art. 83, § 2º, da Lei nº 13.303/2016.

- a) Da decisão da FISCALIZAÇÃO sobre a aplicação da multa contratual caberá recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de ciência da decisão; e
- b) A autoridade competente, ouvida a FISCALIZAÇÃO, decidirá pela procedência ou não do recurso; a decisão deverá ser comunicada formalmente à CONTRATADA.

33.9 O somatório de todas as multas aplicadas, em razão das hipóteses previstas neste Termo de Referência. Estará limitado a 30% (trinta por cento) do valor global deste contrato durante toda a vigência contratual;

33.10 O valor da multa aplicada, após esgotado o prazo recursal ou se interposto recurso no prazo regulamentar e for o mesmo improvido, será deduzido do pagamento que a CONTRATADA fizer jus;

33.11 Caso o crédito da CONTRATADA junto à CONTRATANTE seja insuficiente para cobrir o valor da penalidade aplicada, o mesmo poderá ser deduzido dos valores a serem pagos, da Garantia de Cumprimento do Contrato ou cobrado mediante competente processo judicial;

33.12 As sanções de advertência e suspensão temporária de participação em licitação, previstas neste Termo de Referência, poderão ser aplicadas à CONTRATADA, juntamente com as de multa, em consonância com o art. 83, § 2º, da Lei nº 13.303/2016;

33.13 Também ficam sujeitas às penalidades do art. 83, inciso III, da Lei nº 13.303/2016, as empresas ou profissionais que:



- a) Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio doloso, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- b) Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação; ou
- c) Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Empresa Pública em virtude de atos ilícitos praticados.

34 DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

34.1 As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

34.2 Os critérios de econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor serão:

- a) Certidão negativa de falência expedida pelo Distribuidor da sede do licitante;
- b) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

34.2.1 no caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

34.2.2 é admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato social/estatuto social.

- a) Comprovação da boa situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das fórmulas previstas no edital;
- b) As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação ou do item pertinente.



34.3 Justificam-se as exigências acima mencionadas, de modo a se avaliar a real situação financeira das empresas licitantes, com o objetivo de verificar a capacidade de satisfação das obrigações assumidas, além da capacidade de cumprimento dos encargos econômicos decorrentes da contratação, considerado o prazo de duração da mesma.

- a) Com relação aos índices exigidos e respectivos valores, cabe ressaltar tratar-se do mínimo usualmente estabelecido, fixados em patamares que demonstram tanto a liquidez corrente quanto a geral da empresa, além de sua capacidade de solvência, condições essas que asseguram à NAV Brasil a plena execução do objeto contratado.

34.4 Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

- a) Comprovar aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto deste Termo de Referência, mediante apresentação de atestado(s) de capacidade técnica fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) a execução de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra;
- b) A licitante deverá comprovar que possui em seu objeto social e em seu Cadastro Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) atividade compatível com o objeto deste Termo de Referência.
- c) Deverá haver a comprovação da experiência de pelo menos 1 (um) posto de trabalho, pelo período mínimo de 12 (doze) meses, sendo necessário que esses 12 (doze) meses sejam ininterruptos;
- d) Os atestados apresentados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito das atividades econômicas principal ou secundária da licitante, conforme previstas em seu contrato social ou documento equivalente vigente;
- e) Somente serão aceitos atestados referentes a contratos concluídos ou, quando em execução, desde que já tenha transcorrido, no mínimo, 12 (doze) meses desde o início da prestação dos serviços;

34.5 O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados supramencionados, apresentando, dentre outros documentos,



cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, sendo excetuados os documentos que, em razão de sua natureza, estejam protegidos por sigilo.

34.6 Declaração de que o licitante possui, instalará escritório ou designará representante legal no Rio de Janeiro/RJ, ou em raio máximo de até 50 km da cidade, a ser comprovado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contado a partir da vigência do contrato.

34.6.1 Caso a licitante já disponha de matriz, filial, escritório ou representante legal no local definido, deverá declarar a instalação/manutenção do escritório.

34.7 A exigência para instalação ou manutenção de matriz, filial, escritório ou representante legal na localidade onde serão prestados os serviços, apesar de não ser contrária ao posicionamento da Tribunal de Contas da União – TCU uma vez que possibilita apenas apresentação de representante legal com capacidades próprias e essenciais à prestação dos serviços, desonerando os possíveis custos com manutenção de escritório local para essa finalidade, se perfaz imprescindível à adequada execução do objeto em razão da necessidade da CONTRATADA possuir local com capacidade operacional para receber e solucionar qualquer demanda da Administração, bem como realizar todos os procedimentos pertinentes à seleção, treinamento, admissão e demissão dos funcionários, como também a capacidade operacional de atender, de imediato e em sua totalidade, solicitações de prestação de serviços extras, que podem possuir, ou não, caráter emergencial, bem como a reposição de pessoal, em tempo hábil, em casos de faltas, férias e qualquer outra forma de ausência do empregado constatada durante a vigência da contratação.

34.8 As empresas, cadastradas ou não no SICAF, deverão apresentar atestado de vistoria assinado pelos empregados responsáveis, ou declaração de conhecimento das condições para a execução dos serviços.



34.8.1 O atestado de vistoria poderá ser substituído por declaração emitida pelo licitante em que conste, alternativamente, ou que conhece as condições locais para execução do objeto; ou que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, assume total responsabilidade por este fato e não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem desavenças técnicas ou financeiras com a CONTRATANTE.

34.9 Além dos critérios acima estabelecidos, o licitante deverá encaminhar, a proposta, a planilha estimativa de custos e formação de preço, estritamente conforme os modelos constantes nos anexos VIII e II deste Termo de Referência.

35 DO CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO E JULGAMENTO

35.1 Como critério de aceitabilidade da proposta, adotar-se-á o critério de compatibilidade com as especificações técnicas e com o valor global da proposta. E para julgamento das propostas, haja vista ausência de complexidade no objeto que exija a utilização do critério melhor técnica, adotar-se-á o de menor preço global, uma vez que a presente contratação considera os quantitativos estimados necessários para a execução dos serviços.

35.2 Além do menor preço global, os licitantes deverão observar o critério de aceitabilidade de preço unitário, cujos referenciais de custo adotados deverão estar refletidos na Planilha Estimativa de Custos e Formação de Preços, que deverá acompanhar obrigatoriamente a sua proposta, evitando-se assim a ocorrência de itens super ou subavaliados utilizados na precificação. Neste aspecto, deverá ser observado na composição da planilha de custos e formação de preços, o valor igual ou superior ao orçado pela administração para a soma dos itens de salário e auxílio – alimentação.

35.2.1 Na elaboração da planilha de custos e formação de preços, deverá ser observado valor igual ou superior ao estimado pela Administração para a soma dos



itens salário e auxílio-alimentação, devendo os custos referentes ao auxílio-refeição/alimentação observar as condições estabelecidas nas Convenções Coletivas de Trabalho da respectiva categoria profissional, vigentes à época da apresentação da proposta.

36 DA ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS

36.1 O custo estimado da contratação permanecerá sigiloso, com amparo no art. 34, caput, da Lei nº 13.303/2016.

37 DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

37.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos próprios desta empresa pública, previstos no Programa de Dispêndios Globais (PDG) para o exercício de 2025, disponíveis na Conta Contábil 311050029, Dependência: Administração Central (001), Centro de Custo 20156-9.

38 DECLARAÇÃO DE COMPLETUDE

38.1 A equipe de planejamento declara e atesta sua completude e suficiência para a perfeita execução do objeto contratual, de acordo com o art. 34, inciso II do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da NAV Brasil - RILC e art. 42, VIII da Lei nº 13.303/2016, considerados essenciais para a execução adequada do objeto a ser contratado.

39 DISPOSIÇÕES FINAIS

39.1 Quaisquer situações que possam gerar conflitos, dentre outros: divergências, dúvidas e/ou omissões, que porventura ocorram quando da execução do contrato, serão analisadas pela comissão de gestão e fiscalização do contrato e representante da empresa



CONTRATADA, visando o bom desempenho dos serviços e a compatibilização técnica e econômica, além da otimização das relações profissionais.

40 LISTA DE ANEXOS AO TERMO DE REFERÊNCIA

40.1 Integram como anexos ao presente instrumento, os seguintes documentos:

Anexo I – Matriz de Riscos;

Anexo II – Modelo Planilha de Composição de Preços – Secretário(a) Executivo(a);

Anexo III - Instrumento de Medição de Resultados;

Anexo IV – Modelo de Declaração de Tratamento de Dados Pessoais (LGPD);

Anexo V – Modelo de Declaração de Adesão à Política de Transações com Partes Relacionadas da NAV Brasil; ou

Anexo VI – Modelo do Termo de Confidencialidade e Sigilo;

Anexo VII – Modelo de Ordem de Serviço;

Anexo VIII – Modelo de Proposta

